

Comentado [RV2R1]:

Contraconduta, sublevação: insurreição urbana no interior e nas bordas da governamentalidade

Rita [de Cássia Lucena](#) Velloso¹

Palavras-chave: [Razão](#) governamental. [Poder](#). [Cidade](#). [Regulamentação](#). [Periferia](#). [Cotidiano](#).

1 A era da governamentalidade é urbana

FIGURA 1 – [Take control. Gestos, discursos e desejo passam, na cidade moderna, a ser controlados por uma nova forma de poder, aquele que incide sobre os corpos e o que eles fazem.](#)

Fonte: <http://www.imanami.com/blog/getting-sharepoint-back-under-control-with-active-directory-groups-part1/> [acesso em 25/01/2016].

Formatado: Português (Brasil)

Há cidade por que há polícia, afirmava Michel Foucault na aula de cinco de abril de 1978, primavera já pelo meio em Paris, e ele dando conta de que, afinal, [naquela data](#), iriam terminar aquele curso “um pouco prolongado”. “Por que há cidades tão perfeitamente policiadas é que se teve a idéia de transferir a polícia para a escala geral do reino” (FOUCAULT, 2009, 453). Policiar, urbanizar, dizia Foucault, essas duas palavras que [têm](#) todas as [conotações](#), todos os fenômenos de eco que podem [existir](#).

[...] e com todos os deslocamentos e [atenuações](#) de sentido que pode ter havido no decorrer do século XVIII, mas, no sentido estrito dos termos, policiar e urbanizar é a mesma coisa. (FOUCAULT, 2009, p.453).

¹ Professora adjunta II da Escola de Arquitetura e Design da UFMG (desde 2012) e professor adjunto IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (desde 1996). [Mestre \(1999\) e Doutora \(2007\) em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais \(1999\), com estágio doutoral na McGill University, Montreal, CA \(2005\). Este artigo é parte integrante da pesquisa Arquiteturas da Insurreição, apoiada pelo CNPq \(2015-2018\) e pelo programa FIP-PUC Minas \(2015-2016\).](#)

A polícia revela ser um instrumento da tecnologia política resultante daquela [ideia](#) de governo descoberta no século XVIII, mas largamente vigente até agora. No interior dessa tecnologia, a cidade é objeto do governo.

O objeto não são os indivíduos. O capitão ou o piloto do navio não governa os marujos, governa o navio. É da mesma maneira que o rei governa a cidade, mas não os homens da cidade. A cidade em sua realidade substancial, em sua unidade com sua sobrevivência possível ou seu desaparecimento eventual, isso é que é o objeto do governo, o alvo do governo. (FOUCAULT, 2009, p.165).

Ao dizer *realidade substancial* da cidade, Michel Foucault se refere ao entrecruzamento de um território submetido a protocolos de segurança e povoado por um número calculado de habitantes. Nas aulas de 1978, [as quais têm](#) por assunto a história da governamentalidade, os conceitos de segurança, território e população são fundantes da hermenêutica urbana foucaultiana.

Tomo aqui de empréstimo o conceito de governamentalidade para desdobrar a repercussão da práxis urbana denominada *insurreição*, ação densa de espacialidade que termina por desenhar uma muito particular arquitetura, qual seja, aquela que desvia o uso dos lugares e exerce uma efêmera territorialização.

Chamo *arquiteturas da insurreição* a determinadas formas atuais de experiência política desempenhadas no espaço enquanto prática que implica corpos e comportamentos. O agir dos insurrectos implica certamente a ruptura de muitos laços, nenhum deles apartados da cidade ou pelo menos dos resultados do urbanismo que a desenha; por isso, toda insurreição é antes um despertar da ‘pequena hipnose’ ou ilusão (para lembrar, por exemplo, os nomes que deram ao urbanismo Raoul Veneigem e Henri Lefebvre).

Não obstante, é preciso analisar detidamente a forma e o tecido das cidades quando operam consentindo ou impedindo o desempenho de ações de contestação. De que modo, nos termos de Michel Foucault, a cidade exerce seu papel de lugar privilegiado da luta política e da disputa por legitimidade de práticas socioespaciais diversas ou por concepções rivais de institucionalidade?

A pergunta deste texto é [uma indagação acerca dos](#) atributos urbanos que seriam específicos no [abrigo](#) de formas de protesto social, bem como de comportamentos insurgentes.

Fundamentalmente, tais qualidades ligam-se às capacidades urbanas de estabelecer uma diversidade de relações e, ao mesmo tempo, exercer controle por meio de instituições. Cidades são [espaços](#) de diferença, alteridade e liberdade, mas também de controle e racionalização. À intensa possibilidade de conexão corresponde uma estrutura (de organizações) burocrática que controlam essas conexões, mas a cidade se concretiza justamente nessa dialética diversidade-controle.

A diversidade radical da cidade, que faz surgir nos espaços trocas inovadoras, intercâmbios interpessoais e coletivos, sempre por meio de processos intensos, também é capaz de fazer emergir uma densa rede de controles institucionais desdobrados em protocolos para conter o caráter ‘selvagem’ da vida urbana.

Nessa dialética urbana de contrários (a liberdade e o encontro *versus* o controle e a regulação), quando diferentes atores e [organizações](#) se defrontam com demandas e queixas comuns, mulheres e homens podem construir juntos conexões para aprimorar seus recursos de luta. A cidade é profícua em estabelecer laços.

Numa ilustração do argumento sobre os laços, as redes e a contestação, tratarei aqui de mostrar três situações que se sucedem na trajetória da [contra](#)conduta enquanto insurreição urbana. Em primeiro lugar, uma narrativa real/ficcional de Kleist sobre a revolta na era da soberania, na qual o poder soberano no seu exercício decide o que deve morrer [e](#) o que deve viver. Em segundo lugar, o levante contra a governamentalidade do urbanismo funcionalista-higienista, que opera desde o princípio da intervenção e interferência nos processos e costumes da vida ordinária. E, por último, os recentes protestos na periferia metropolitana de Belo Horizonte, nos quais se evidenciam os termos do [exercício](#) contemporâneo do poder, que tensiona de modo renovado a relação governo-população.

[figura 2](#)

[Lutero e Kohlhaas. “\[...\] sob tais circunstâncias, o doutor Martinho Lutero, apoiado pelo prestígio que gozava no mundo, incumbiu-se da tarefa de fazer com que Kohlhaas voltasse a se sujeitar à ordem das coisas, usando a força das palavras tranquilizadoras... Lutero falou:](#)

Kohlhaas, o Senhor cujo corpo queres receber, perdoou o inimigo – queres perdoar seus inimigos? ‘Reverendíssimo, disse Kohlhaas, o Senhor não perdoou a todos os inimigos... deixai-me perdoar o príncipe eleitor, meus dois soberanos, o senhor do castelo e o administrador, e quem quer que me tenha ofendido nesta questão; o fidalgo, porém, se possível obrigar a devolver meus cavalos assim como eram. Lutero deu-lhe as costas. ‘Assim, reverendíssimo, não posso receber a dádiva da reconciliação, como vos pedi? – Lutero respondeu brevemente: ‘não a reconciliação com teu Salvador; com o teu soberano, depende da tentativa que farei, como prometi.’ (KLEIST, 2014).

Fonte figura 1: Inserir fonte da figura.

Figura 3

Bonde virado durante os protestos da população. Revolta da Vacina, em 10 de novembro de 1904.

Fonte: http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_21/revoltavacina.html [acesso em 25/01/2016]

FIGURA 4 “A explicação mais óbvia é, naturalmente, que o motivo da revolta foi a obrigatoriedade da vacina... isto quer dizer que a oposição se baseou em resistência obscurantista das massas contra a ação esclarecida do governo? ... Pra responder, será necessário examinar mais de perto a linguagem da multidão.” (CARVALHO,1987).

Fonte: http://www.projetomemoria.art.br/OswaldoCruz/biografia/02_revolta.html [acesso em 25/01/2016]

FIGURAS 2, 3 e 4 – O poder disciplinar, que demarcou os governos urbanos no século XIX, construiu-se como poder novo, exercido sobre os corpos, por meio de sistemas de vigilância permanente. Contudo, a sociedade disciplinar oitocentista não se fez sem o suporte da teoria da soberania desenvolvida desde o século XVI, e ainda vigente no século XVIII. Dirá Foucault: “uma vez que as coerções permanentes deviam ao mesmo tempo exercer-se como mecanismos de dominação e ser escondidas como exercício efetivo do poder, era preciso que fosse apresentada no aparelho jurídico e reativada, concluída, pelos códigos judiciais, a teoria da soberania.”(FOUCAULT, 2002, 44)

As imagens da novela de Kleist e da Revolta da Vacina referem-se ao exercício dessas duas formas de poder. No primeiro caso, o soberano é representado por Lutero tentando demover o súdito rebelado da promoção de uma guerra particular. No caso seguinte, as imagens dizem respeito à reação da população no Rio de Janeiro ao controle de seus corpos, que obrigados a serem vacinados, atendiam a propósitos higienistas, inclusive espaciais, como ficou demonstrado na reforma urbana que se seguiu à Revolta da Vacina naquela cidade.

FIGURA 5 – “Os levantes se deram em bairros periféricos de Ribeirão das Neves, Jaboticatubas, Sabará, em manifestações sempre muito desordenadas, o que tornava impossível a previsão de quantas pessoas poderiam estar em ação. Poderiam ser grupos de vinte a cem pessoas, um ajuntamento de oito sofás, alguns gravetos, uns tantos motoqueiros

deitados na estrada para não deixar os ônibus passarem, os motoristas de caminhão que, uma vez parados, aderiam ou não ao grito. Deu-se ali uma arquitetura do protesto que foi completamente imprevisível durante quinze dias, e fazer esse registro é muito especial, dado que Belo Horizonte é uma cidade que esconde seus pobres. Não é como no Rio de Janeiro, em que a superfície de contato entre as favelas e os bairros mistura as coisas a todo tempo. Por aqui os discursos oficiais já naturalizaram a segregação a tal ponto que incorporam o jargão acadêmico da ‘ocupação extensiva’, e mesmo alguns textos científicos tomam como uma invariante ‘o desenho de Belo Horizonte e suas periferias afastadas’. Ora, é inegável que em alguma medida o centro histórico da cidade-capital predomina sobre todos esses bairros populares e operários; é irrefutável o fato de que a cidade dos funcionários e das classes médias tenha sido desenhada para ser uma centralidade única; irrefutável que, historicamente, assim se constituíram os territórios em torno da capital do estado. Não obstante, essa configuração comporta muitas tensões, umas mais explícitas que outras, como parece nos dizer aquele mês de Junho.” (VELLOSO, 2014, p.4).

Fonte: http://www.em.com.br/app/galeria-de-fotos/2013/06/24/interna_galeriafotos,3667/manifestacoes-em-rodovias.shtml [acesso em 24/06/2013]

FIGURA 6 O levante da periferia na RMBH.

Fonte: http://www.em.com.br/app/galeria-de-fotos/2013/06/24/interna_galeriafotos,3667/manifestacoes-em-rodovias.shtml [acesso em 08/07/2013]

Formatado: Português (Brasil)

O Estado que atua sobre o urbano muitas vezes desempenha seu aparato de governo e estruturas burocráticas para exatamente bloquear a capacidade associativa desse grupos urbanos, para interromper e coibir os tipos de conexão entre diferentes organizações sociais. Não raramente, a preocupação tradicional dos governos é a de manter a ordem para evitar a anarquia e a ruptura social. As regras e as instituições criadas para levar a cabo a função do Estado de contenção dos movimentos sociais fazem uma leitura das reivindicações sempre de modo a pacificá-las, para permitir sua acolhida na esfera de alguma política pública, deixando-as abrigadas em campos estritos e isoladas umas das outras. Mas, para além da capacidade manifesta do Estado de “enclausurar” as mobilizações dos grupos urbanos, a cidade ainda permanece contemporaneamente como o locus em que as alianças e coalizões se fazem entre múltiplos atores, graças a fatores como proximidade geográfica. Na escala urbana, afirmam-se movimentos que, em sua maioria, estão fundados no conhecimento associado às experiências vividas no cotidiano e da micropolítica. É nesse “mundo da vida” urbano que se constroem as solidariedades e as estratégias de luta dos movimentos. É que a regulação imposta pelo Estado em geral incide sobre a vida urbana e ainda mais diretamente sobre os processos da vida cotidiana. Políticas urbanas são um exemplo consistente nessa direção: a oferta de serviços,

infraestrutura, bens de consumo, bem como o atendimento aos direitos civis, sociais e a efetivação de justiça social.

Resistências e queixas se articulam em contextos urbanos que dão suporte às experiências cotidianas vividas – ampla e repetidamente – nas cidades. Na escala urbana, os grupos constroem molduras comuns para justificar e motivar suas ações e sua participação. Podem articular-se na [construção](#) de diagnósticos e prognósticos de problemas: por um lado, são capazes de compreensão partilhada das causas dos problemas; por outro, são capazes de projetar a [ação](#) coletiva e pensar soluções para tais problemas identificados. Por último, movimentos surgidos na escala urbana frequentemente partilham um imaginário político que é decisivo para constituir uma [contraesfera](#) pública, [estabelecendo](#) arenas alternativas de discurso. Em continuidade, a pergunta sobre a insurreição exige ainda outras [variáveis](#), todas gravitando ao redor da [ideia](#) de governamentalidade. [Senão](#), vejamos.

A governamentalidade é o modo pelo qual um conjunto complexo de instituições administra e regula a vida e os interesses de uma determinada [população](#). Afirma Foucault que é mais ou menos o conjunto constituído por instituições, procedimentos, protocolos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitam o exercício de uma muito específica (embora complexa) forma de poder, que tem como alvo o [controle](#) da população, como técnica [de](#) segurança, como [forma](#) de saber a economia política (FOUCAULT, 2009, [p.143](#)). Resultado de um processo que faz emergir o Estado como forma fundamental da política de governo (FOUCAULT, 2009, [p.119](#)) a partir do início do século XVIII, quando [a](#) arte de governar (vigente no século XIII) e [a](#) maquinaria do Estado [administrativo](#)-disciplinar (séculos XV e XVI) [vêm](#) se juntar aos princípios da ciência política, [a](#) governamentalidade é o delineamento [de](#) um estrito regime de tecnologias [de](#) governo. Assim, governar, tal como inaugurado nesse modo setecentista, [implicou](#) mobilizar esforços para racionalizar o exercício do poder. São estratégias que, em conjunto, ajustam-se permanentemente para enfrentar a cidade – o alvo e o [objeto](#) de governo.

O problema da cidade, sabemos, foi intensamente discutido por Michel Foucault quando esse autor se ocupa de pensar a sociedade disciplinar e o poder soberano. As questões do espaço, em linhas gerais, surgem no texto do filósofo francês já no seu

“História da Loucura”, depois em “Vigiar e Punir” e “A vontade de Saber (História da Sexualidade)”. Mesmo antes que chegasse à formulação das aulas do Collège de France, a relação entre cidade, poder, governo e indivíduos sempre foi construída em termos do controle sobre a *coexistência densa*.

[...] o problema da cidade... a cidade modelo, a cidade artificial... a cidade operária, tal como existe no século XIX... vê-se muito bem como ela articula, de certo modo perpendicularmente, mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada um em sua casa) e dos indivíduos (cada um em seu cômodo)... Recorte, pôr indivíduos em visibilidade, normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce assim pela própria disposição espacial da cidade: toda uma série de mecanismos disciplinares que é fácil encontrar... e depois toda uma série de mecanismos que são ao contrário, os mecanismos regulamentadores, que incidem sobre a população... e que induzem comportamentos... (FOUCAULT, 1987, p.299).

O problema do espaço é comum aos conceitos e práticas de soberania, disciplina e segurança:

[...] a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos, e por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população. (FOUCAULT, 2008, p.15).

A partir dessa interseção na tríade conceitual, Foucault cuidará de ressituar a cidade num espaço de circulação.

A cidade era, ainda no século XVIII e no início do século XIX, essencialmente caracterizada por uma especificidade jurídica e administrativa que a isolava ou a marcava de uma maneira bastante singular em relação às outras extensões e espaços do território. Em segundo lugar a cidade se caracterizava por um encerramento dentro de um espaço murado e denso, no qual a função militar nem de longe era a única. E, por fim, ela se caracterizava por uma heterogeneidade econômica e social muito mais acentuada em relação ao campo... (trata-se do problema do adensamento-encerramento)... era, precisamente desse desenraizamento espacial, jurídico, administrativo, econômico da cidade que se tratava no século XVIII... o problema da cidade era essencial e fundamentalmente um problema de circulação. (FOUCAULT, 2008, p.18).

À cidade tornada possível graças à circulação, Foucault chama “rua, cereal, contágio”, remetendo a:

[...] os três exemplos: a cidade, a escassez alimentar, a epidemia, ou, se preferirem, a rua, o cereal, o contágio. Esses três fenômenos, vemos imediatamente que tem entre si um vínculo bem visível, muito manifesto: todos eles estão ligados ao fenômeno da cidade... esses três problemas têm em comum que as questões que colocam giram finalmente todas elas em torno do problema da circulação. Circulação entendida, é claro, no sentido bem amplo, como deslocamento, como troca, como contato, como forma de dispersão, como forma de distribuição. (FOUCAULT, 2008, p.83).

Ora, será na incidência sobre o território que o governo atuará, por meio da regulação, sobre a população residente numa cidade, fazendo funcionar seus dispositivos de segurança. Compreende-se, com a governamentalidade, que governar é uma economia de poder, pela qual se garante que os elementos da realidade funcionem uns em relação a outros. Vale dizer, também, assim se faz funcionar a relação indivíduo/coletividade na totalidade do corpo social. Trata-se, na formação territorial que é o conjunto das propriedades e das terras urbanas, de se considerar tal variável segundo uma maneira correta de administrá-la, para fins múltiplos, plurais e específicos, mas sobretudo para “dispor das coisas, isto é, utilizar táticas, muito mais que leis, ou utilizar ao máximo das leis como táticas” (FOUCAULT, 2008, p.477).

A sabedoria do governo consiste em configurar uma série de intercâmbios e apoios recíprocos, alcançando um determinado nível de percepção da atuação dos governantes como sendo necessária e suficiente, pois melhora a sorte das populações, aumenta as riquezas, cuida da duração da vida, da saúde, da conduta de cada um e exerce a boa vigilância. O saber do governo é prover soluções aos processos concernentes à população, em função dos conhecimentos adquiridos pela estatística e pela demografia.

Com a governamentalidade, coloca-se o problema de uma razão governamental, cujo princípio (*ratio*) assenta na inteligibilidade dos processos

[...] mostrando quais são os fenômenos de coagulação, de apoio, de fortalecimento recíproco, de coesão, de integração, em suma, todo o feixe de processos, toda a rede de relações que por fim induziriam como efeito de massa a grande dualidade, ao mesmo tempo corte e cesura, entre, de um lado, uma natureza [...] e, de outro lado, uma

república, que só pode ser mantida se, justamente, for dotada de um governo. (FOUCAULT, 2008, p.314).

No que tange à ratio governamental, ao dar conta não somente da conservação do Estado numa ordem geral, mas da conservação de uma certa relação entre forças, o território exerce um papel central, pois, quando a urbanização se faz segundo códigos e permissão, sabe-se que se tem em mãos um eficaz instrumento, erigido ele mesmo na forma da racionalidade, para acompanhar os processos de governamentalização. Nesse sentido, a cidade é um *condensador* dos temas da ordem pública, para os quais são necessárias tecnologias de controle. Regular, controlar – por meio de todos os procedimentos asseguráveis do monitoramento de usos e comportamentos da população residente num território.

Alvo principal do governo, depois da explosão demográfica dos séculos XVII e XVIII, da abundância monetária e do aumento da produção agrícola, a população controlada é o fator que opera a grande transformação, quando se torna alvo da constituição de um saber sobre todos os processos, isto é, a soma dos indivíduos como um dado quantitativo, um campo sobre o qual se intervém. Sobre a população concretizam-se a ciência e a tecnologia de intervenção do governo – a *economia política*, como rede múltipla e complexa de relações, através da qual se administram coisas, antes que homens e mulheres. A cada coisa, seu objetivo específico – assim se governa – fazendo-as funcionar bem, cada qual em sua especificidade. E é assim que forjam as questões sobre a população: o que querem fazer as pessoas? O que têm interesse em fazer? O que contam fazer?

Deve-se atentar aqui para o que se busca descrever, analisar, esclarecer e refletir por meio do controle de uma população. Acessível a agentes, técnicas e tecnologias, a população é vista na sua naturalidade penetrável, como algo em que se notam, afinal, em seu interior, constantes e regularidades (FOUCAULT, 2008, p.97). A população é uma espessura. Extensível do pertencimento biológico a uma espécie até a superfície de contato oferecida pelos corpos visíveis, atuantes, a partir da qual se nomeia população:

[...] corpo-espécie [...] servindo de suporte para os processos biológicos – proliferação, nascimentos e mortalidade, nível de

saúde, expectativa de vida; encarregam-se dele [o corpo] por toda uma série de intervenções e de [controles](#) reguladores... as disciplinas do corpo e as [regulações](#) de [população](#) constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolvem a organização sobre a vida. (FOUCAULT, [1987, p.183](#)).

Ora, uma vez que cidade e população devem estar inscritas em regras cognoscíveis, de tal modo [que mesmo a imprevisibilidade seja suscetível à regulação](#), foi um passo natural do pensamento ocupado com esse objeto – o território – formular o que mais tarde se denominaria planejamento urbano. Esboça-se, no século XVIII, o cálculo das probabilidades para a [urbanização](#). Tal como se passou com a [população](#), também o território poderá, dali em diante, ser abordado segundo suas quantidades. Como a meta é disciplinar e garantir a segurança para um cenário urbano “disciplinar e securitário”, vai-se trabalhar com o cálculo de possibilidades, com a estimativa de probabilidades. Foucault examina em detalhes o texto de Vigné de Vigny para Nantes [em 1755](#), onde se lê que *o bom planejamento da cidade vai ser levar em conta o que pode acontecer* (P. Lelièvre, *L’Urbanisme et l’Architecture*, apud FOUCAULT, [2008, p. 36, nota 35](#)).

Nos dias de hoje, a cidade e o urbano exacerbam aquilo que Foucault imaginou. [Trata-se mesmo de um triunfo atual da governamentalidade e todo o esvaziamento da vida provocado pelas tecnologias que lhe é correspondente](#). Novas formas de controle são baseadas no novo regime de acumulação e em suas dinâmicas espaciais e simbólico-imateriais. Emergem daí os novos conflitos, frutos das [contradições](#) socioespaciais das [transformações](#) econômicas sob um regime de acumulação flexível. No Brasil, protesta-se diante da crise da representação e de [fragmentação](#) política localista da administração urbana; há uma inegável retração do espaço público; recusa-se o papel do [Estado-Nação](#) como espaço de resistência popular e podemos mesmo falar de uma derrota dos grandes corpos sociais coletivos.

Ademais, é em todo o mundo que [a cidade atual permite reconhecer na sociedade a potência do múltiplo](#). A começar [pela](#) configuração do tecido urbano, que se apresenta em redes policêntricas nas cidades e entre as cidades, cujos elos são [constituídos](#) pelas novas centralidades urbanas ou pelas próprias metrópoles globais. Para além dos aspectos físicos, outro zoneamento emerge aquém e além [do](#) espaço funcional fordista: centralidades periféricas, [conectadas de maneira interativa entre elas e com o](#)

centro principal, contribuindo para criar uma territorialidade intraurbana em escala diferente daquela própria da cidade tradicional.

São policêntricos os espaços do pós-fordismo que, reorganizados em rede e ultrapassando as hierarquias e o dualismo centro-periferia, determinam novas verticalidades, novas fragmentações e novas segregações.

A metrópole policêntrica, é certo, não constitui um modelo ideal ótimo, mas não deixa de ser importante referência heurística para questões de densificação das relações sociais e de dinâmica da urbanidade. Tornam-se cada vez mais centrais para a análise das contradições espaço-temporais do novo regime de acumulação. Na pluralidade de centros, cada um deles caracteriza-se pela emergência de valores locais diferentes e, portanto, por específicos princípios de organização espacial.

Não há mais um fora. O centro está em todo lugar, e uma nova urbanidade aparece, no sentido da metrópole aberta, não mais como o *enclave* da cidade tradicional, e, sim, como algo de mais complexo que é fruto de processos simultâneos e interdependentes de desterritorialização e reterritorialização existencial. A reemergência da urbanidade não pode ser vista como mero processo de recentralização dos espaços de socialização. É preciso trabalhar no sentido de apresentar as tensões que essas novas articulações determinam em torno não de um centro topológico e estático – do qual dependeriam relações unívocas de inclusão e exclusão – mas da sua produção por deslocamentos, cooperação social e afirmação de novos princípios de fruição estética.

Na cidade sobre a qual opera atualmente a governamentalidade, dá-se uma nova interação dos sujeitos produtivos. A recomposição do fazer e do agir se articula, desenvolve e se desloca na cidade e nas dinâmicas de urbanidade. Dão-se novos processos de trabalho – trabalho em domicílio, setor informal, flexibilidade –, logo, formas diversas da mobilidade socioespacial. Uma nova urbanidade é qualificada exatamente por essas novas dimensões produtivas tanto dos espaços de territorialização existencial quanto das redes de socialização.

2 Polícia ou O primeiro nome da regulação urbana

FIGURA 7 – Cartografia de trajetos dos exércitos, batalhões e lutas na Comuna de 1871

Fonte: www.thefunambulist.net [acesso em 01/09/2015]

FIGURA 8 – “A cidade se escreve em seus muros e ruas. Mas essa escrita nunca termina; o livro não se completa e contém muitas páginas em branco ou rasgadas [...] percursos e discursos acompanham-se e jamais coincidem.” (Henri LEFEBVRE)

Fonte: www.rmbh.org.br [acesso em 26/01/2016]

Para atuar sobre os deslocamentos humanos, para assegurar os limites de sua circulação, circunscrevendo seus movimentos e, por conseguinte, seu comportamento, o governo setecentista instituiu uma tecnologia definitiva, a polícia, cuja ação se dá numa extensão do aparato administrativo. Aparelho governamental que faz funcionar a Razão de Estado, a polícia explicita o controle intervindo num campo de práticas e realidades. Tecnologia política, o que é visado pela polícia é a atividade dos indivíduos na medida da relação desses com o Estado, ou, no mínimo, na medida em que a agência desses seja um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado. A polícia deverá buscar sempre integrar a atividade humana ao desenvolvimento do Estado, deverá, portanto, estimular, orientar e determinar para que essa atividade seja efetivamente útil ao Estado. Dirá Foucault, “numa palavra, trata-se da criação da utilidade estatal, a partir de e através da atividade dos homens” (FOUCAULT, 2009, p.433).

Dessa delimitação das atribuições estatais da polícia chega-se, conseqüentemente, à questão da saúde, que joga luz sobre o problema da regulação urbana pela qual as práticas da polícia se ocuparão da vida na cidade. Estar atento à propagação da doença obrigou o aparelho policial a se ocupar da largura das ruas, da dispersão dos elementos que envenenam a atmosfera, dos açougues, os matadouros, os cemitérios. Esses são lugares submetidos e subordinados a princípios de controle e fiscalização.

O outro ponto a que naturalmente se chega sobre o valor que o Estado confere à ação policial é o cerceamento da circulação e monitoramento das fronteiras e aduanas. A circulação, afinal. Tomada como objeto da polícia, o que se controla são gentes e mercadorias, dentro e para [fora](#) dos limites do território. Escrevem-se e executam-se regulamentos, imposições, limites, facilidades, incentivos.

Temos, então, saúde e circulação, esses índices de que a polícia vai regular e se ocupar [fundamentalmente](#) da cidade, essa “*coexistência dos homens uns em relação aos outros*”. (FOUCAULT, 2008, p.437; [grifei](#).)

É o fato de viverem juntos, de se reproduzir e de necessitarem, cada um do seu lado, de certa quantidade de alimento, de ar para respirar, viver, [subsistir](#), é o fato de trabalharem uns dos lados dos outros [...] é também o fato de estarem num espaço urbano de circulação, é [...] toda essa [espécie](#) de socialidade que deve ser tarefa da polícia [...] do que a polícia deve se ocupar é o viver e o mais que viver, o viver e o melhor viver. (FOUCAULT, 2009, pp.438,450).

A tarefa da polícia só pode ser executada num arranjo de técnicas e instrumentos que garantiriam o viver melhor que significa coexistir e comunicar-se – dentro dos parâmetros que o Estado considera “de utilidade”. Ora, os problemas de que a polícia se ocupa repercutem a partir do espaço, [problemas](#) bem próximos à cidade: coexistência dos homens, mercado, compra, venda, troca, [circulação](#) de mercadorias – uns em relação a outros. Segundo afirma Michel Foucault (2009), na medida em que regulamenta a [coabitação](#) e o intercâmbio, a polícia atua essencialmente na [urbanização](#) do território, o modo como os homens podiam e deviam se reunir, ou, ainda, como se comunicariam.

[...] coabitar e intercambiar, coexistir e circular, coabitar e falar, coabitar e vender e comprar [...] foi por ter havido uma polícia regulamentando essa coabitação, essa circulação e esse intercâmbio que as cidades puderam existir. A polícia como condição de urbanidade. (FOUCAULT, 2008, p.453).

A atuação da polícia denota que a governamentalidade do Estado se interessa pela primeira vez pela materialidade fina da existência humana, pelo meio em que ela se desdobra, espécie de materialidade fina da troca e da circulação, contida e expressa através da cidade: ruas, mercados, quartos, estradas, janelas para o ar circular. A

polícia concretiza uma tentativa, a partir de um modelo essencialmente urbano, de disciplinarização geral, de [regulamentação](#) geral dos indivíduos e do território do reino.

Ora, o grande edifício sonhado pela polícia desmorona – seu grande sonho disciplinar de transformar e fazer da cidade um convento –, [ele](#) se desfaz diante do próprio poder do Estado em afetar o complexo dos aspectos da vida humana. Na cidade da governamentalidade, o poder não se dá senão como correlação de forças. Se o governo, na medida em que exerce o poder, é um conjunto de mecanismos e procedimentos postos em funcionamento numa rede de apoios recíprocos, o seu correlato é a experiência da população que se denomina resistência. A resistência oferecida pela população em sua espessura e em resposta ao mando é uma ação cujo motor é o desejo.

No interior da governamentalidade, o século XVIII também assiste ao surgimento de uma noção capital – o público. Trata-se, neste conceito, da população

[...] considerada do ponto de vista de suas opiniões, de suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências. (FOUCAULT, 2009, p.99).

É sobre esse conjunto de dados que se debruça o governo como um novo sujeito político, coletivo, absolutamente alheio ao pensamento jurídico e político dos séculos precedentes. É quando a população passa a ser considerada do ponto de vista da gestão. Ao lado dela, há o povo:

[...] as pessoas que não pertencem realmente à [população](#) – o que são elas? Pois bem, são o povo. O povo é aquele que se conforta em relação a essa gestão da [população](#), no [próprio](#) nível da [população](#), como se não fizesse parte desse objeto-sujeito coletivo que é a [população](#), como se se pusesse [fora](#) dela e, por conseguinte, é ele que, como povo que se recusa a ser população, vá desajustar o sistema. (FOUCAULT, 2008, p.57).

Povo nomeia aqueles que resistem à [regulação](#) da população, que tenta escapar do dispositivo de segurança. É aqui que começa a delinear-se o problema do poder como

exercício. Exatamente quando aparecem as resistências às práticas de poder configuradas nos aparelhos de governo, pois

[...] não se pode compreender a implantação das ideologias e de uma política liberais no século XVIII, que havia reivindicado tão alto as liberdades, as tinha no entanto lastreado com uma técnica disciplinar que, pegando as crianças, os soldados, os operários onde estavam, limitava consideravelmente a liberdade e proporcionava de certo modo garantias ao próprio exercício das liberdades [...] na verdade, essa liberdade, ao mesmo tempo técnica e ideologia de governo, essa liberdade tem de ser compreendida do interior das mutações e transformações das tecnologias de poder. E, de uma maneira mais precisa e particular, a liberdade nada mais é que o correlativo da implantação dos dispositivos de segurança. Um dispositivo de segurança só poderá funcionar bem [...] justamente se lhe for dado certa coisa que é a liberdade, no sentido moderno que essa palavra adquire no século XVIII: não mais as franquias e os privilégios vinculados a uma pessoa, mas a possibilidade de movimento, de deslocamento, processo de circulação tanto das pessoas como das coisas. (FOUCAULT, 20089, p.63).

Comentado [AMB3]: Favor conferir redação no texto original. Fiquei com a sensação de que falta um “e que as tinha” ou “mas que as tinha”, ou simplesmente “que as tinha”. Caso esteja efetivamente assim, favor desconsiderar este comentário.

A liberdade de circulação é que deve ser compreendida como uma das dimensões da implantação dos dispositivos de segurança. Ora, na lógica e na inteligibilidade da razão governamental, temos então que não há poder sem liberdade, logo não há poder sem resistência. Assim afirma-se o real limite da consideração da população por um governo. De algum modo – e esperado pelo governo – a população se expressa, indo além do que se tem a expectativa de se fazer com sua “opinião pública” que era

[...] dar aos indivíduos a possibilidade de representação de certa idéia, de lhes impor alguma coisa, mas de modo algum utilizar de maneira ativa a atitude, a opinião, a maneira de agir deles. (FOUCAULT, 20089, p.371).

A população se levanta, e o governo – de certa forma – é capaz de antever esse movimento – até o contempla, esse contrário. É que o poder é um exercício e, como tal, sabe de si enquanto correlação de forças. Qualquer arranjo de forças recíprocas é uma relação de poder. O poder não passa por formas estáticas, e a força nunca existe no singular. O poder é um conjunto de ações possíveis, mobilizando matérias e funções não estratificadas, o poder procede com uma segmentaridade muito flexível. Passa por pontos singulares que marcam sempre a aplicação de uma força, a ação ou a reação de uma força relativamente a outras. O poder são relações de força diferenciais

que determinam singularidades, produzindo efeitos, afectações (DELEUZE, [2005, p.103](#)).

O poder se realiza em categorias que são afectivas e conjuga os verbos que incitam, suscitam. O poder produz e provoca em mim e em nós uma reacção... E, por que é afectação ativa, ele não é simples violência, pois, em relação ao saber que gera, o poder nos faz ver, nos faz falar. Ser incitado a fazer, ser determinado a produzir, a ter um efeito útil. O poder que faz reagir torna fácil ou difícil, alarga ou limita, desvia, torna mais ou menos provável.

Por isso o poder põe em jogo a produção de subjetividade – a potência de agir de quem está sob o exercício do poder – desde as rebeliões até as expressões e críticas da democracia política. Onde as determinações são saturadas, não há relação de poder. A escravidão não é uma relação de poder, é coacção. A relação de poder/submissão de liberdade dá-se a partir do princípio de que o problema central do poder não é a submissão silenciosa – não é a servidão voluntária. Como maravilhosamente diz Toni Negri *cerne do poder reside a intransitividade da liberdade e a resistência do querer*. ([NEGRI, 2011, p. 21; grifei.](#))

[...] quando definimos o exercício do poder como modo de [ação](#) sobre a [ação](#) dos outros caracterizado como governo dos homens uns pelos outros, incluímos no poder a liberdade. O poder não se exerce senão sobre homens livres, sujeitos livres e na medida em que [são](#) livres – entendendo por isso sujeitos individuais ou coletivos que [têm](#) diante de si um campo de possibilidades ou diversas condutas, diversas reacções e diversos modos de comportamento podem ocorrer. ([NEGRI, 2011, p.21](#)).

Na cidade, o poder age sobre demais ações eventuais, presentes ou futuras. O poder interpela os modos de habitar, exerce a vigilância sobre a regra estabelecida na [ocupação](#) dos lugares. O seu campo de forças se reparte em variações próprias no ambiente urbano. Mesmo na cidade, erigida para durar, espontaneidade e [receptividade](#) modulam a conexão das singularidades, pois a cidade emerge da variação infinita dos comportamentos humanos. A vida urbana submetida a um governo é capaz de se deixar traçar num alinhamento geral, denominado institucionalidade. Aquilo que, constituído o poder em rede de atos, é capaz de ligar numa linha de força [geral](#) as singularidades: alinha, coloca em série, faz convergir,

torna homogêneo. É uma atualização do poder diante das instituições da cidade (tribunais, palácios, prefeituras, burocracia, funcionários, cartórios, delegacias, pedágios, coletores de impostos). No governo urbano dão-se [operações](#) de [estatização](#) das diversas ordens, visando [à](#) integração que, numa dada situação e [formação](#) histórica, estabiliza e estratifica o poder.

[...] a atualização que [estabiliza](#) e estratifica [relações](#) de poder [é](#) uma [integração](#) [...] mas não há integração global, completa, imediata. Há sim uma multiplicidade de [integrações](#) locais, parciais, cada uma em afinidade com determinados valores, determinados pontos singulares. (DELEUZE, [2005](#), p.104).

No exercício do poder, o que o integra e estratifica são os dispositivos (fatores e agentes) denominados instituições, que, por meio de seus mecanismos e práticas, operam não para explicar o poder, mas na pressuposição [desse](#). É do caráter da instituição organizar relações pressupostas de poder-governo segundo grandes visibilidades, campos e regimes de enunciados. A instituição, por meio de seus aparelhos e regras, atua a partir da especificidade da formação histórica da cidade.

[...] de modo que, para cada formação histórica será necessário procurar saber o que pertence a cada instituição existente neste estrato, ou seja, quais são as relações de poder que ela integra, que [relações](#) mantêm com outras instituições e como essas repartições mudam de um estrato para outro. (DELEUZE, [2005](#), p.104).

No ambiente urbano, a institucionalidade [consolida-se por meio de ações](#) de operação de [estatização](#) das diversas ordens, visando integrar. Segundo Michel Foucault ([2008](#)), na institucionalidade,

[...] o mais importante não são as regularidades institucionais, mas muito mais as disposições do poder, as redes, as correntes, as intermediações, os pontos de apoio, as diferenças de potencial que caracterizam uma forma de poder e que, creio, são constitutivos ao mesmo tempo do indivíduo e da coletividade. (FOUCAULT, [2008](#), p.176).

Tais disposições de poder que acabam por constituir indivíduos e coletividade apontam novamente para a produção de subjetividade de que é capaz o exercício do poder, de uma resposta que emerge como correlato da implantação dos dispositivos da governamentalização. Assim se constitui a prática do Estado, cuja história “deve

poder ser feita a partir da própria prática dos homens, a partir do que eles fazem e como pensam”.(FOUCAULT, 2008, p.481).

Pois bem, na pletera de forças do poder que os governos exercem, a polícia é a instituição que, por definição, teve um modelo essencialmente urbano. Com ela, estamos no mundo mais do regulamento do que das leis. Respeita-se, acata-se, para bem coexistir. Propõe-se para continuar urbanizando, expandindo o território, povoando-o. Ao mesmo tempo em que o regulamento policial é indefinido, é permanente, e perpetuamente renovado. É a atuação urbana da polícia que nos mostra o mundo do regulamento cada vez mais detalhado, geral, para todos os indivíduos estacionados sobre um território, pois

[...] estamos sempre no regulamento, estamos sempre nessa espécie de forma, apesar dos pesares, jurídica, se não judiciária, que é a da lei ou, pelo menos, da lei em seu funcionamento móvel, permanente e detalhado, que é o regulamento. (FOUCAULT, 2008, p.458).

3 Contraconduta ou O homem que se subleva é inexplicável

FIGURA 9 –The writing on the walls. Toda arquitetura é sempre também sobre exclusão, sobre manter distância, sobre suportar a pressão. Cidades são incubadoras de desejos, materializações sintéticas de todos os sonhos.

Fonte: <https://ideologicalart.wordpress.com/anarchism/anarchism-gallery/stencil-respect-existence-or-expect-resistance/> [acesso em 26/01/2016]

Formatado: Português (Brasil)

FIGURA 10 – “Os cahiers de doleance, na Revolução Francesa, compilados em 1788, eram extremamente variados, mas pode-se dizer que por trás deles se encontravam as listas bem organizadas e coerentes da Enciclopédia de Diderot e d’Alembert, que pareciam proporcionar-lhes uma profunda e esclarecida estrutura lógica. Por trás dos protestos de hoje (parecem-se mais com a biblioteca de babel de Jorge Luis Borges) – não existe uma

Formatado: Português (Brasil)

racionalidade enciclopédica – mas uma caótica, estranha e infindável coleção de volumes sobre tudo neste mundo” (NEGRI; HARDT, 2005).

Fonte: http://www.em.com.br/app/galeria-de-fotos/2013/06/24/interna_galeriafotos,3667/manifestacoes-em-rodovias.shtml [acesso em 08/07/2013]

Formatado: Português (Brasil)

Michel Foucault argumentaria sobre a especificidade do que denominou insurreição de conduta ou contraconduta – no sentido da luta que se trava contra os procedimentos e regulamentos postos em prática para conduzir os outros – e cuja história, afinal, não pode ser separada da história da *ratio* governamental. Já no início do século XVI, em meio à arte da arte de governar por meio das condutas e direções do corpo social, dá-se o procedimento dos governos de ser intervencionista na vida material e temporal, vida cotidiana dos indivíduos. Como contrapartida, ali se esboçam os grandes processos políticos e sociais de subversão, cuja dimensão principal era a insurreição de conduta, por cujas forma e especificidade pergunta Foucault. Indagando pela lei interna de desenvolvimento das insurreições de conduta, mostrará que essas surgem como trama específica de resistências difusas e suaves no momento em que se passa do governo-pastorado das almas ao governo dos homens. Nunca autônomas, as contracondutas são sempre específicas e surgem já ligadas a conflitos ou problemas concretos e localizados (a atuação das mulheres num grupo social, recusar-se a exercer o ofício da guerra, p.e.).

No poder pastoral, o mundo estava submetido à economia da obediência (FOUCAULT, 2008, p.315). O poder se exerce pela obediência e pela sujeição dos homens, logo, exercício de soberania desempenhado mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território unitário – seja ele a cidade ou o Estado. A ideia de um poder pastoral é a ideia de um poder que visa, ao mesmo tempo, todos e cada um em sua paradoxal equivalência, e não a unidade superior formada pelo todo (FOUCAULT, 2008 p.173).

E, por conseguinte, o homem ocidental torna-se sujeito pela obediência, na medida em que é individualizado através de sua condução. No pastorado, a lei é sujeitar-se ao enunciado do pastor, e só o pastorado levará alguém à salvação – o que fixa sua identidade por toda a eternidade, uma vez que o pastorado o sujeita a uma rede de

aceitações incondicionais. Para se tornar um indivíduo, vivendo em sociedade, é preciso tornar-se sujeito, é necessário obedecer (FOUCAULT, 2008, p.310).

Quando, porventura, alguém, em desacordo, ergue-se na contramão do que está reservado para si mesmo obedecer e respeitar, torna-se quem diz: eu me recuso, quero ser conduzido de outro modo (FOUCAULT, 2008, p.256). Assim serão as contracondutas: revoltas e insubmissões de quem procura escapar da conduta de outros sobre si, movimentos em que cada um procura definir a maneira de se conduzir diferentemente de uma expectativa firmada pelo poder.

A liberdade, o correlato do exercício de poder, não configurará senão a luta, isto é, a política atuada pelos homens e mulheres em sua vida urbana, para além do lastro das técnicas disciplinares e dos dispositivos de segurança implantados na cidade. A luta é, em outras palavras, a resposta ao leque de forças posto em ação pelo poder do governo. Submetida ao conjunto de forças do Estado, a liberdade se configura em reação, sempre tática. É que

toda transformação que modifica as relações de força entre comunidades ou grupos, todo conflito que os põe em confronto ou que os faz rivalizar requer a utilização de táticas que permitem modificar as relações de poder e a introdução de elementos teóricos que justificam moralmente ou fundam em racionalidade essas táticas. (FOUCAULT, 2008, p.285).

Desse posicionamento tático que esgarça o poder instituído é que surge a contraconduta. Em si uma reação afectiva, produto da espontaneidade e da receptividade do/ao poder, o contra-conduzir-se é uma resistência; é algo que emerge para ser uma força componente da sociedade (FOUCAULT, 2009, p.479). A conduta contrária ao governo ou a uma consciência pública (por exemplo, recusar-se a ser soldado e desertar; ou como M. Kohlhaas – recusar-se a aceitar uma injustiça perpetrada pela aplicação perversa da lei) é um movimento apontando a emancipação da sociedade civil em relação a injunções e tutelas do Estado.

Há uma trajetória temporal de desdobramento da forma desse agir contrário, segundo afirma Foucault (2008, p.257); se, a princípio, as contracondutas são diferentes de formas genéricas de resistência ao poder que exerce a soberania política ou que

explora economicamente, depois do pastorado e ao chegar à era da governamentalidade as revoltas de conduta estarão, sim, nas margens da instituição política.

Num mundo pastoralmente governado, havia, de certo modo, formas de ensino. O mundo era um livro aberto no qual (ao se deixar conduzir na própria existência, conduzir-se na vida cotidiana) se podia descobrir a verdade, ou antes: um mundo no qual a verdade ou as verdades eram ensinadas por si mesmas, e eram ensinadas essencialmente sob a forma de remissão recíproca de uma à outra, isto é, da semelhança e da analogia. Era, ao mesmo tempo, um mundo dentro do qual era necessário decifrar verdades ocultas, que se ofereciam ocultando-se e se ocultavam oferecendo-se, isto é, um mundo repleto de cifras, as quais se precisava decodificar, um mundo antropocentrado, um mundo de prodígios e de maravilhas e sinais (FOUCAULT, 2008, p.315).

O que terá surgido, a princípio como revolta diante de um mundo que desencantou, como recusa da educação cívica, como uma recusa dos valores apresentados pela sociedade ou como uma recusa, igualmente, de certa relação considerada obrigatória com a nação e com a salvação da nação, acabará por apresentar-se também, no século XVIII, como certa recusa do sistema político.

Depois, no século XIX, vão ser cada vez mais compostas de elementos políticos, vão se atribuir objetivos políticos mais nítidos, sejam eles complôs, revoluções, revoluções políticas, revoluções sociais, mas sempre com um aspecto de busca de outra conduta: ser conduzido de outro modo, por outros homens, na direção de outros objetivos que não o proposto pela governamentalidade oficial, aparente e visível da sociedade. (FOUCAULT, 2009, p.262).

Assim, pode-se fazer a análise do que poderíamos chamar de contracondutas no sistema moderno de governamentalidade: as condutas que vemos se desenvolver em contraposição à governamentalidade moderna têm como objeto os mesmos elementos dessa governamentalidade. Se trouxermos o argumento da contraconduta aos dias atuais, podemos dizer que se trata de uma luta desempenhada no interior de uma urbanidade constitutiva de centralidades difusas, intersticiais, avulsas das tradicionais hierarquias espaciais. Ainda que permanecendo como correlato da

governamentalidade, essa dimensão de contraposição nova é vital e indisciplinarizável.

Se existe hoje alguma coerência, com efeito, ela só haverá de se manifestar posteriormente do ponto de vista subjetivo dos próprios manifestantes. É possível que, com o tempo, as vibrações sísmicas de cada protesto entrem em ressonância com as dos outros, amplificando-as todas de forma coordenada e criando um território de multidão. (NEGRI, HARDT, 2005, p.156).

É no sentido de identificar a contraconduta desempenhada na cidade contemporânea que analiso aqui as revoltas na periferia. Nas lutas urbanas travadas nas periferias atuais, quando pessoas se mobilizam a partir de milhares de descontentamentos, o poder de reagir remete a uma microfísica. De pequenos ódios, da miséria, é que se faz uma força, uma reação ao exercício do poder governamental. Nos protestos da periferia na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH em 2013, construiu-se uma forma de expressão cuja força é genérica, indivisa, mas que, construída coletivamente, consiste em redesenhar provisoriamente a paisagem das grandes cidades, fazendo emergir um poder coletivo que vai se constituindo pela fala dos muitos, em representações dialógicas singulares, em jogos linguísticos próprios.

Da interação comunicativa, decorreu a articulação coletiva de quem fazia os protestos. E isso, em Minas Gerais, deve ser considerado uma vitória, muito embora não seja nada espetacular. Que o conflito possa ser amplificado é muito significativo para a história urbana dessa cidade-capital. Não somente por que torna visível aos olhos do resto da cidade suas periferias, mas, sobretudo, por empoderar manifestantes, seus vizinhos, “quem dá notícia do que se passa nas redondezas”. A informação que circula sobre o protesto acaba por se traduzir num empoderamento que é, em si, autorreflexão dos sujeitos viventes. Tal modulação da articulação política – conseguir finalmente expor um determinado conflito para uma larga parcela da população, extrapolando o raio de alcance geográfico do próprio acontecimento – demonstra o quanto saber e conhecimento em geral podem ser tomados hoje como a definição mesma de produtividade social.

A ação do protesto põe em movimento uma singular cooperação cujo conceito é o de um concerto da competência comunicativa dos indivíduos. Ou o que se denominou,

desde Marx, de intelecto geral – uma forma de cooperação inteiramente implicada na atitude comunicativa e difusamente criativa dos seres humanos. Quem, afinal, são esses sujeitos políticos construídos desde a periferia? Multidão. Uma confluência de muitos, o uno que nada tem a ver com o uno constituído pelo Estado, mas que, antes, *re-determina* a unidade que tradicionalmente definiu o povo. A multidão é uma categoria da produção baseada na linguagem e no saber de uma rede de indivíduos. É a forma da existência política e social dos muitos enquanto muitos. Em outras palavras, é o modo de ser de numerosas singularidades que percebem o poder genérico de falar que lhes cabe.

Indivíduos nos protestos são um híbrido e uma justaposição, e por causa disso se dão conta do potencial indeterminado que lhes é próprio. Sua potência decorre simplesmente do seu encontro; é anterior a qualquer coisa específica que seja dita e forma o que Virno (2013) denomina “coletivo centrífugo”. Multidão é a pluralidade na cena pública, na ação coletiva, na atenção aos assuntos comuns. É uma junção que não é promessa, mas premissa: linguagem, intelecto, “as faculdades comuns do gênero humano”, dizem Virno e Arendt. O ajuntamento que dá forma aos muitos antecede o momento em que se reúnem no protesto, levante ou ocupação. Cada um dos muitos está ali porque compartilha modos de vida, tem em comum o modo pelo qual provam o mundo, reparte entre si e os outros a mesma experiência cotidiana.

Trata-se de uma questão referida à expressão, quando esta se configura para dar voz e estabelecer a linguagem, achando frestas para que essas reivindicações apareçam; a potência da expressão é o que transforma essa ação em algo novo. Em julho, um jornal televisivo da manhã mostrou uma senhora de Ravena (bairro de Sabará) que, em meio à manifestação por melhorias no transporte coletivo intermunicipal, perguntava pelo fornecimento de água em seu bairro nos fins de semana. É, obviamente, uma denúncia contra a interrupção do fornecimento de água, contra a toda poderosa Companhia de Saneamento de Minas Gerais, a COPASA, e que jamais estará em nenhum veículo de massa e nenhuma mídia em Belo Horizonte. E essa é uma reivindicação que não tem nenhuma preocupação sistemática, é quase um grito: “Por que não tenho água sexta, sábado e domingo?”; “Por que a COPASA pode tirar água da nascente do Rio Manso para trazer água limpa para Belo Horizonte e a cidade de Rio Manso, onde fica a nascente, não tem tratamento de esgoto em alguns locais?”

Qualquer cidadão morador dessas regiões percebe rapidamente, e não precisa ser engajado politicamente, que se for tentar o curso tradicional da reclamação – mesmo da reivindicação – não alcançaria lugar nenhum.

Nesse arranjo centrípeto de subjetividades, que opera por meio do conhecimento, da comunicação, da linguagem, já não somos mais consumidores passivos de informação. Criamos novas redes coletivas de expressão – porque compartilhamos atitudes linguísticas e cognitivas; afinal, falamos como habitantes, isto é, falamos de modo exatamente oposto ao discurso da técnica ou da fala “profissional”. A esfera pública do cotidiano é o que mobiliza a produção de significados reais na possibilidade de extrair novos significados do nosso mundo cultural, descobrir novos modos de expressão social. Toda comunicação no cotidiano é produtiva se é a soma de expressões nascidas da resistência ou se, nas reivindicações, se articula um movimento vital, como argumenta Toni Negri (2005).

O que somos, então, enquanto sujeitos políticos das insurreições? Quem se subleva? Para Michel Foucault (2008), um homem ainda por explicar. Mas, nos dias de hoje, o que emerge na insurreição é um conjunto sem unidade, um plural de subjetividades que toma o lugar da massa e que assume dimensões transindividuais, quase comunitárias. Sujeitos políticos são a soma das subjetividades da resistência, que têm a faculdade genérica de falar, a potência indeterminada do dizer. Quem protesta e se insurge articula seus atos de fala como potência pura e simples. Por isso é possível afirmar – e talvez esteja aqui uma das forças principais desse protagonismo das manifestações da multidão – que os levantes urbanos atuais não são manifestações por representação política, mas para colocar em movimento uma nova gramática para o político, que é expressão do direito de resistência: o direito de defender qualquer coisa que seja digna de perdurar.

4A política-exercício na periferia da metrópole

FIGURA 11 – a arte de viver para as novas gerações, segundo Raoul Vaneigem.

Fonte : <http://inventin.lautre.net/englishcontributions.html> [acesso em 25/01/2016]

Ficava cada vez mais claro o modo particular de manifestação acontecendo nessas centralidades periféricas da Região Metropolitana, até que, entre os dias 24 de junho e 02 de julho de 2013, pudemos inventariar que onze cidades da Região Metropolitana já haviam fechado estradas federais e estaduais. Esses protestos começavam sempre na madrugada, durando até às 09:00 da manhã, que era o tempo limite da negociação entre policiais militares e moradores que habitavam as margens das estradas para que os manifestantes abrissem caminho. À medida que junho avançava, as manifestações começaram de fato a bloquear permanentemente as estradas. Houve estradas simultaneamente fechadas – em oito das trinta e quatro cidades da RMBH – e era óbvio que haveria uma grande repercussão desse fechamento, uma vez que não se tratava de acontecimentos em rodovias pequenas; muito pelo contrário, fechavam-se as estradas que ligam Belo Horizonte a São Paulo e Brasília, criando-se um impacto real no transporte e circulação de cargas. Então, aquilo que parecia ser periférico, uma espécie de desdobramento quase irrelevante em relação ao que acontecia contra a FIFA, foi incluído na pauta principal dos jornais porque reverberava nas rotinas da indústria e do comércio, da circulação monetária.

Em todos aqueles momentos de interrupção das estradas, era evidente que as pessoas, habitando as margens da metrópole, traziam à sua luta questões análogas às manifestações no Brasil e fora do País. Era possível enxergar nas reivindicações os laços com o *Occupy Wall Street*, com a Primavera Árabe e com o Movimento *Anonymous*. Mas, ao mesmo tempo, havia perguntas básicas, como a dos moradores do bairro Olhos d'Água: “Como um bairro cheio de empresas tão ricas pode abrigar tanta pobreza?” Ora, perguntar sobre a oferta de serviços e espaço público, sobre a infraestrutura urbana não é uma indagação corriqueira ou despolitizada; tampouco pode se esgotar em uma resposta apenas pragmática. Ecoava naquelas manifestações uma questão de práxis política, que apenas principiava a ser colocada ali para que façamos o esforço de desvendá-la. A tática da insurreição nas periferias da região metropolitana de Belo Horizonte nos dias de junho e julho de 2013 apresenta o habitante das cidades periféricas de uma metrópole como novo sujeito político cuja ação de fechar as estradas federais, bloquear as estradas da região e se apropriar dos espaços de fluxo explicita sua estratégia para enfrentar a segregação.

Formatado: Português (Brasil)

Toda periferia denota um desdobramento da incapacidade de uma cidade histórica em abrigar em seu tecido a incompletude e a improvisação, ao mesmo tempo em que explicita a dinâmica que está no centro dos processos de expansão urbana. Na região de Belo Horizonte as cidades mais pobres tradicionalmente abrigam os trabalhadores da cidade-centro e recentemente vêm se tornando o lugar-alvo de investimentos estatais e privados pensados sem qualquer conexão com os atores sociais e os sujeitos urbanos de tais lugares.

Por aqui, as periferias são como ilhas que não tocam a cidade-capital, ainda que expressem a heterogeneidade dos territórios que a tornam uma região metropolitana. Os indivíduos e os grupos de moradores demonstraram ter compreendido a correlação de forças desse insulamento, reinventando seu espaço social por meio de lutas que são rupturas breves, mas, sobretudo, decisivas para que a cidade-metrópole compreenda a relevância do lugar que ocupam – a relevância da sua própria *centralidade periférica*.

As interrupções do transporte e da circulação expõem integralmente a arquitetura das revoltas metropolitanas, em cujo centro não está a tomada de poder. As insurreições metropolitanas não colocam [para si](#) o problema de substituir os governos; antes, a luta é travada pela transformação da lógica centro/poder/margem/opressão que define a cidade-capital. A periferia que compreende ser seu território uma *centralidade periférica* passa a inverter os esquemas de controle na metrópole e operar com outras lógicas subjacentes, capazes de estabelecer linhas de fuga da pobreza urbana: descentrados e policêntricos, seus movimentos são uma construção em favor da potência das lutas. É por compreender que o território está incluído nas dimensões mais específicas da pobreza que os trabalhadores – o “[precariado](#)” metropolitano cuja casa está na periferia – [são capazes](#) de articular o comum na disputa por mobilidade e por acessibilidade.

As periferias explicitam o esgotamento de um dado desenho urbano, funcionalista, em que as localizações são produzidas e a segregação não é menos que uma categoria espacial estreitamente articulada aos processos políticos e às ideologias de degradação e deterioração. Se uma *centralidade* define uma área urbana com alta densidade econômica, forte heterogeneidade de usos, grande complexidade funcional,

adensamento populacional, concentração diversificada de comércio, serviços públicos e privados; se são lugares que pedem o provimento de espaços públicos, *a periferia que protesta é um devir-centro*. Sua potência de luta é gestada justamente pela percepção de seus habitantes de que estão aprisionados em regiões sem nenhum tipo de acúmulo de atividade urbana que vise a constituir-las como centralidade, se olhamos para a configuração dos investimentos e do novo desenho urbano que está posto para a Região Metropolitana, que sequer minimamente concebe suas periferias segundo condições de vida digna para as pessoas.

A periferia devir-centro é um mosaico de bairros, temporalidades, gentes e estéticas ao longo de seu extenso e intenso itinerário, rumo a, indo e vindo do centro. A periferia que protesta recusa a imposição de que não tem cultura, tecnologia ou economia. Exige sua centralidade recusando o que o centro antigo da cidade diz que deveria ser. É como se a periferia fosse um dia ter – ou como se a periferia almejasse ter, ou fosse melhor para a periferia ter – aquilo que o centro antigo já tem, e por isso se autoriza a ensinar à periferia aquilo que ela quer, como chegar lá, no que é bom para ela mesma, periferia. O lugar que o centro desejaria que a periferia ocupasse para sempre é o lugar daquele que espera para ser incluído, aquele que acha para sempre que é do centro que virá sua libertação. O desejo da multidão que habita a periferia é muito outro. A vigência dessa expectativa do centro em relação a um lugar subalterno já terminou; e isso é o que principalmente fica explicitado numa estrada fechada por uma barricada de gravetos.

Junho pareceu ser, para Belo Horizonte, uma espécie de redenção. É certo que ainda é preciso fazer uma longa investigação sobre o que significou interromper o fluxo das rodovias. Sobre a potência das manifestações quando a estrada é bloqueada com sofás e o prefeito se recusa a negociar com “gente que põe sofá no meio da estrada”. Ainda não conseguimos inventariar tudo [o](#) que de fato aconteceu, mas indubitavelmente foi um tempo de descobrir novos espaços na metrópole, espaços que definiam localizações determinadas dos movimentos da multidão. Foram pequenos abalos, descentrados e policêntricos, que redesenharam a cidade em sua capilaridade. Muitos desses protestos eram simultâneos. Havia três diferentes barricadas construídas ao longo do trecho de rodovia [que](#) atravessa Ribeirão das Neves – a cidade em que se deu o primeiro protesto de junho por ônibus minimamente dignos de trafegarem –

três lugares diferentes na estrada fechados por pessoas diferentes em bairros sem conexão e com reivindicações ora semelhantes, ora diversas. A televisão mostrava as imagens da tomada dos ônibus, da polícia que não conseguia retirar as pessoas da estrada até o meio da manhã e de mais pessoas chegando, quase transformando a revolta numa festa.

As manifestações da estrada nunca cresceriam em volume, pois seu ponto chave residia em compreender a arquitetura dos fluxos metropolitanos, em interromper por entender o que está em jogo quando se impede que a vida das pessoas nos bairros das classes mais altas continue a ser equacionada do modo rotineiro e eficaz. Bastou contar com a cooperação dos motoqueiros, mototáxis, motoboys – igualmente moradores das periferias – que se deitavam, ao lado das motos, na estrada. Ou fazer as crianças reclamarem de “como tinham dinheiro para construir o Centro de Treinamento do Atlético e não havia dinheiro para resolver o problema da passarela da estrada”, uma reivindicação que completava 12 anos.

Poderíamos considerar esses momentos eventos efêmeros, mas há muito mais ali, sobretudo uma profunda inteligência do cotidiano que nasce de uma reivindicação pragmática e de uma demanda por um bem de consumo coletivo – a água –, o direito ao transporte, a segurança, mas não apenas isso estava em jogo. Tratava-se de uma reivindicação política, a de fazer cessar a invisibilidade desses pobres nas franjas da metrópole. Algo muito potente iria decorrer daquilo que se passou naquela rede dos fluxos bloqueados, rede que só denota o quanto a metrópole – reconfigurada num momento de protorrevolução – pode ser um dispositivo para interromper formas de controle, invertidas por redes de resistência.

5 Cotidiano ao invés de desenho ou Como falar de usos desviantes

FIGURA 12 – tomar a práxis nas mãos.

Fonte: <http://www.rapportoconfidenziale.org/?p=27697>. [acesso em 23/01/2016]

FIGURA 13 –Tomar a práxis nas mãos: . “A liberdade, de uma maneira mais precisa e particular, nada mais é que o correlativo da implantação dos dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008); “A novidade da política que vem é que ela não será mais uma luta para a conquista do Estado, mas uma luta entre o Estado e o não-Estado (a humanidade), uma disjunção insuperável entre qualquer singularidade e a organização estatal” (AGAMBEN, 2002, 104).
Fonte:<http://arquiteturasdainsurreicao.blogspot.com.br> [acesso em 15/01/2016].

Para quem se dedica a pensar o planejamento das periferias metropolitanas desde as insurgências, qualquer trabalho implicará reelaborar as agendas territoriais a partir de uma institucionalidade transformada, no esforço de lidar com múltiplas autonomias que se põem como exigência nas mais diversas escalas e nas inter-relações policêntricas: de uma periferia histórica para outra recém-surgida; das periferias com o centro histórico; de uma centralidade a outra, numa hierarquia de múltiplos centros.

Deve-se perguntar em que medida o momento de um levante é capaz de transformar os planos para uma metrópole, agora que ela demonstra ser um espaço policêntrico de produção multifacetada? Qual é a potência da insurreição na transformação da urbanística, se a multidão passa a ser uma categoria para pensar a crise da forma-Estado, esse alicerce sob o plano urbano? Como se dão os desdobramentos espaciais da reivindicação que é apropriação (que redundando em interrupção e ruptura dos marcos regulatórios do planejamento estatal?) frente ao planejamento que se funda na coesão (que redundando em coação do Estado sobre o território)? São perguntas que, por ora, apontam o esboço de uma conclusão.

Um modelo analítico pode encontrar sua coerência em torno de uma dada situação, seja a construção de uma cidade, seja um evento urbano que reúne, numa certa duração e dinâmica específica, atores sociais cujas identidades e trajetórias vêm à tona pela ação inscrita nas redes de relações e práticas que constroem um espaço social. Nesse sentido, a insurreição é uma espécie de “contra-uso” dos lugares, que desafia as análises urbanas. Por meio dos levantes, ficam evidentes o esgotamento e/ou a impossibilidade do desenho, bem como emergem tramas e usos capazes de configurar outros espaços dentro da totalidade urbana. Esse entramado que é práxis, contudo, escapa às categorias, transborda por todos os lados do perímetro caro aos urbanismos. Em junho, a rua rejeitou a ideia vigente de plano urbano, para desvelar o terreno novo dos antagonismos a serem incluídos no cálculo das condições de possibilidade do

urbano substantivo de que falava Henri Lefebvre. Por isso, esse mesmo autor chamou à insurreição protorrevolução urbana, o levante como momento que permite pensar o comum e o coletivo externamente à lógica estatal.

Entretanto, esse momento *lefebvrino* da protorrevolução deve ser atualizado para dar conta da atual experiência metropolitana que faz a multidão. Na metrópole do neoliberalismo, um indivíduo está sempre exposto ao imprevisto, ao insólito e às mudanças repentinas. O contexto e a experiência de mundo na metrópole é, mais e mais, um adestramento para a precariedade, com a exigência da adaptação urgente, que converte em hábito o fato de não tê-los – os hábitos. Ali se [vivem](#) a precariedade e a variabilidade ao mesmo tempo. Expostos ao mundo de forma multilateral, “os indivíduos se movem numa realidade sempre e de todos os modos renovada múltiplas vezes” (VIRNO, 2013, p.17).

Precisamos construir um *método* ou estabelecer critérios gerais para transformar a institucionalidade a partir do entendimento dessa experiência dos muitos indivíduos submetidos aos planos para a metrópole que experienciam; talvez possamos fazê-lo com as categorias que são postas nessas lutas breves, se as olharmos como momentos que apontam a conformação da sociedade urbana *em multidão*. Nesse caso, teremos de extrair os conceitos e as categorias trabalhando sobre materiais concretos, examinando-os em detalhe e, ao mesmo tempo, extraindo dali as categorias teóricas. É necessário fazer a análise no nível da materialidade, descobrir os meios e as forças de produção da realidade social.

Mais [do](#) que nunca, o pensamento espacial parece exigir construir uma institucionalidade que possa se exercer externamente ao Estado, isto é, um âmbito não estatal dos assuntos comuns – *res publica* – numa forma radicalmente nova de democracia em termos de saberes tácitos, para além da concertação tradicional entre setor técnico e população. A busca realista de novas formas políticas, uma democracia radical: “nada intersticial, marginal ou residual; bem mais, a concreta apropriação e rearticulação do saber/poder, hoje congelado no aparato administrativo do estado” (VIRNO, 2013, p. 27).

Há que se pensar a cooperação entre habitantes e governos por meio de outras

dinâmicas sociopolíticas, mas principalmente antropológicas; a experiência coletiva volta ao centro do problema de uma nova lógica institucional da sociedade: capaz de instituir uma nova sociedade baseada na solidariedade e na cooperação, mas também uma lógica institucional capaz de recolocar a experiência dos muitos no centro da própria prática social e política.

Como acolher a centralidade periférica no planejamento? Superando uma dada lógica de política urbana que sempre esteve no Brasil associada à mútua inervação entre os poderes político e econômico, favorecedora dos estratos sociais mais ricos, e que resultou num ambiente construído fortemente influenciado pela localização dos diversos grupos sociais, o que reforçou historicamente a segregação [socioespacial](#) em favor das elites. Urge colocar no lugar dessa lógica a política como práxis, isto é, o campo onde acontecem as lutas, as estratégias, os conflitos reais de resultado contingente. Assim, talvez comecemos a considerar a periferia objeto de um pensamento urbano que não gentrifica.

Talvez [recorrendo a](#) uma *lógica da desordem*, essa radical exigência insurrecional, que seja capaz de criar novos circuitos de comunicação, novas formas e modos de interação, novas linhas de força assimétricas e desestabilizadoras que se deixam ver num protesto (quando o limiar do tolerável reinventa a resistência), mas não apenas nele.

Talvez pensando o plano urbano em estratégias que permitam construir incansavelmente as mediações, simulando coerências, jogando diversos jogos táticos, almejando compreender a multiplicidade irreduzível desses territórios por meio de seus nomes: criatividade, privação, inquietação, destruição, sujeição, arte, revolta.

Dizia-se, nos discursos da teoria urbana das últimas décadas, que a atividade política da rua estava encerrada em decorrência da onipresença da televisão e da internet na esfera da vida doméstica, que as praças estariam para sempre esvaziadas, que o comício de rua não teria mais sentido. Ora, inversamente, agora temos a resposta de que a potência de lutas das pessoas juntas num lugar urbano é cada vez maior. Encontramos uma outra rua, uma outra praça, agora que ambas são atravessadas por um corpo-máquina e seu trabalho vivo, “conectado em vários níveis com as redes

metropolitanas e técnicas de saúde, moradia, educação, comunicação” (COCCO, 2012, p.11). Os pobres, o proletariado e a periferia estão incluídos em redes comunicativas, virtuais e metropolitanas de circulação produtiva que mobiliza o conhecimento (formas de vida, a experiência de cada um do mundo) para produzir conhecimento (formas de vida).

Essa vida produz e é produzida por singularidades que cooperam entre si – dentro da proliferação livre das relações de polinização, indo de flor em flor – e fazem multidão: autovalorização na autonomia... (COCCO, 2012, p. 21).

Para quem vive nas periferias, o horizonte da expressão é a produção do cotidiano que, doravante, enquanto construção de possibilidades de se associar, é mais que configuração econômica particular; torna-se saber onde intervir, pleitear o acesso em seu sentido mais amplo: entrar, frequentar, voltar. O âmbito da produção se une às formas de vida, configurando uma constelação social, antropológica.

O levante de rua prescinde do comício porque temos a perspectiva de que somos capazes de repercutir na macropolítica se implicarmos nosso corpo. Cada um se soma ao movimento, e é o volume de pessoas num grupo que legitima o movimento, que lhe confere publicidade no sentido de instaurar uma esfera pública para o debate. Essa exterioridade implica que a política é *performance*, virtuosismo – numa palavra: tomar parte. A política se torna ação, existe porque é contingente, diante do imprevisto e, sobretudo, é pública – não há ou não oferece um “produto acabado”; é antes “testemunho”. Não se trata de alcançar o poder, de constituir um novo Estado, ou um novo monopólio da decisão política. Trata-se de defender as experiências plurais, os usos e os costumes não estatais.

Qualquer plano urbano que se pretenda forjar a partir de um pensamento concreto tem na compreensão das insurreições um limite inescapável. Pensar se aproximando do mundo. Ampliar e enriquecer a capacidade perceptiva humana – o contrário da abstração, que é abolir a distância – tomar o mundo nas mãos no afã de conhecer: se alguém conhece, olha de perto seu objeto de conhecimento.

Referências

[AGAMBEN, Giorgio. *La comunidad que viene*. Valencia: Pre-textos, 1996.](#)
[_____ . *Means without end: notes on politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.](#)
[_____ . *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.](#)
[_____ . *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.](#)

Formatado: Inglês (Reino Unido)

[BACKES, Marcelo. *Posfácio*. In: KLEIST, Bernd Heinrich von. *Michael Kohlhaas*. Trad. Marcelo Backes. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014](#)

Formatado: Inglês (Reino Unido)

[CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1987.](#)

[COCCO, Giuseppe. *Revolução 2.0: Sul, Sol, Sal*. In: COCCO, G.; ALBAGI, S. *Revolução 2.0 e Crise do Capitalismo Global*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 10-26.](#)

[DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.](#)

[FOUCAULT, M. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.](#)

[_____ . *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.](#)

[_____ . *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.](#)

[_____ . *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.](#)

Formatado: Inglês (Reino Unido)

[KLEIST, Bernd Heinrich von. *Michael Kohlhaas*. Trad. Marcelo Backes. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.](#)

[NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. São Paulo: Record, 2005.](#)

[NEGRI, Antonio: <http://revistacult.uol.com.br/home/2011/07/meu-foucault/>.](#)

Formatado: Português (Brasil)

[SVECENKO, N. *A Revolta da Vacina, mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, Brasiliense, 1983;](#)

[VANEIGEM, Raoul. *A Arte de Viver para as Novas Gerações*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.](#)

[VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. *A singular arquitetura de uma insurreição na periferia*. Publicado em 2014. Disponível em: <\[https://www.academia.edu/10477825/a_singular_arquitetura_de_uma_insurrei%C3%A7%C3%A3o_na_periferia\]\(https://www.academia.edu/10477825/a_singular_arquitetura_de_uma_insurrei%C3%A7%C3%A3o_na_periferia\)>. Acesso em: 18 jan. 2016.](#)

[VIRNO, Paolo. *Gramática da Multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas*. São Paulo: Annablume, 2013.](#)